

RECURSO ESPECIAL Nº 1.862.026 - SC (2020/0035608-7)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : INPLAC INDUSTRIA DE PLASTICOS S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
RECORRENTE : INPLAC INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS S/A
ADVOGADOS : MARLISE MARIA MAGRO - SC011686
AROLDO JOAQUIM CAMILLO E OUTRO(S) - SC000474
RECORRIDO : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

DECISÃO

Os autos foram encaminhados ao Gabinete pelo Ministro Mauro Campbell Marques a fim de que fosse consultado a respeito da ocorrência de conexão do processo em epígrafe com o REsp n. 1.859.837/SC, a mim distribuído, ou risco de proferimento de decisões conflitantes nesta Corte, circunstância que recomendaria o julgamento em conjunto desses processos, nos termos do art. 55, *caput*, e do § 3º, do CPC/2015.

Com efeito, nestes autos temos o REsp n. 1.862.026/SC, que trata de ação ordinária proposta por Inplac Indústria de Plásticos S.A contra o IBAMA, na qual, em síntese, busca anular dois autos de infração, cujos fatos estão assim narrados na inicial (fls. 6-7):

Os atos punitivos decorrentes do revestimento da vala aprovado.

Ocorre que em maio de 2008, não obstante os objetivos das obras e serviços, as licenças municipais e estaduais concedidas para revestimento da vala mefítica por motivos sanitários, saúde laborativa e saúde pública, a autora foi surpreendida com o Auto de Infração 570986-D, e o Termo de Embargo/Interdição nº 499607-C, expedidos pelo réu Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA sob alegações das seguintes supostas infrações:

a)-Auto de Infração nº 570986-D, de 22-5-2008:

Danificar, 4.969 m² de área considerada de Preservação Permanente, infringindo as normas de proteção.

Multa R\$5.000,00

b)-Termo de Embargo/Interdição nº 499607 – C, de 12-5-2008:

Embargo adstrito a área de 4969 m², objeto da autuação.

Essa ação foi julgada improcedente na origem (6ª Vara Federal de Florianópolis). Os autos ascenderam então ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região em razão de recurso de apelação da empresa e distribuídos à 3ª Turma daquele Regional que desproveu o apelo em 4/6/2019.

O primeiro dado relevante a ser extraído do acórdão recorrido é o fato de terem sido apreciados, na mesma sessão, e em conjunto, a apelação na ação ordinária de nulidade de autos de infração destes autos (Processo n. 5023570- 55.2013.4.04.7200) e os segundos embargos de declaração, opostos pelo IBAMA, no Processo n. 5016104-44.2012.4.04.7200, que diz respeito ao REsp 1.859.837/SC, a mim distribuído em razão do julgamento do REsp 1.610.326/SC, DJe 4/8/2017, no qual reconheci a ofensa ao art. 535, II, do CPC/1973.

Do acórdão recorrido nestes autos, extrai-se que (fls. 988-989):

Em 2008 o IBAMA providenciou fiscalização em obras e serviços realizados pela INPLAC INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS S/A em curso d'água pluvial no Município de Biguaçu/SC e, constatada a construção de

uma galeria, com integral cobertura do curso e aterramento de suas margens, as quais se caracterizam como APP, contra a empresa foi lavrado o AI nº 570985D por "instalar obras e serviços de canalização de curso d'água, contrariando normas e regulamentos pertinentes. Total 12.480m²", bem como a obra restou embargada sob o Termo de Embargo nº 499606C.

O respectivo Processo Administrativo nº 02026000732/2008-01, após impugnação da autuação pela INPLAC, concluiu que (evento 13, PROCADM20):

"III - DISPOSITIVO 11. Ante as provas, documentos e pareceres que instruem os autos, em especial aqueles que integram a presente decisão, julgo IMPROCEDENTE A DEFESA ADMINISTRATIVA e aplico e homologo as seguintes penalidades:

1. multa simples: homologo o Auto de Infração nº 570985-D, mantendo o valor da multa simples nele estipulada (R\$ 10.000,00);
2. embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas: homologo o Termo de Embargo/Interdição nº 344527-C, mantenho o embargo, por tratar-se de medida necessária para evitar a continuidade da infração, bem como permitir a recuperação da área objeto do dano ambiental;
3. recuperação da área degradada: a área degradada objeto de autuação deverá ser recuperada mediante a apresentação de Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, que deverá ser elaborado de acordo com Termo de Referência, disponível nas unidades desconcentradas do IBAMA em Santa Catarina."

Destaca-se que em fiscalização posterior, constatou-se que a INPLAC deu sequência à parte das obras no local, sendo lavrado novo Auto de Infração, sob o nº 570997, com Termo de Apreensão nº 499616C.

Em face destes atos administrativos, em 03/09/2012 a empresa ajuizou a Ação Anulatória nº 5016104-44.2012.4.04.7200, postulando a declaração de nulidade do Auto de Infração nº 570997-D, Auto de Infração 570985-D, Termos de Embargo/Interdição nº 499617-C e de Apreensão nº 499616-C, por ilegais.

O feito foi sentenciado improcedente, este Regional manteve a sentença. Posteriormente, concedeu parcial efeito infringente aos embargos declaratórios para dar parcial provimento ao recurso de apelação da INPLAC. O feito subiu ao STJ, que anulou o julgamento dos aclaratórios, retornando a este Regional para reexam. Em 12/06/2018, já sob minha relatoria, esta Terceira Turma "decidiu dar parcial provimento aos embargos de declaração do IBAMA para reconhecer como extra petita o julgado embargado que, ao atribuir efeitos infrinentes a embargos de declaração, determinou 'a suspensão do desmanche da canalização e a retomada do licenciamento ambiental, oportunizando-se a regularização da obra' garantindo, entretanto, a manutenção de restrita canalização exclusivamente em área de circulação de pessoas entre prédios de produção, refeitório e posto de saúde, considerando tratar-se de córrego urbano não tratado sanitariamente". **Foram opostos novos embargos declaratórios pelo IBAMA e pela INPLAC.**

O processo autuado sob o nº 5016104-44.2012.4.04.7200 vem a julgamento nesta mesma seção, analisando-o em conjunto com esta Ação Ordinária de Desconstituição de Atos Administrativos de nº 5023570- 55.2013.4.04.7200, ajuizada em 12/12/2013, em que a INPLAC pretende a declaração de nulidade da CDA nº 36760, do AI nº

570986-D e do Termo de Embargo/Interdição nº 499607-C.

Em 12/05/2008 o IBAMA compareceu novamente ao local e lavrou o AI nº 570986-D por "danificar 4.969m² de área considerada de preservação permanente, infringindo as normas de proteção", fixando multa de R\$ 5.000,00. A área restou embargada e a INPLAC notificada a "prestar esclarecimento referente a canalização do curso d'água no endereço acima".

Verifica-se, portanto, que à autuação prévia pela canalização irregular em 12.480m², sucedeu a autuação especificamente pelo dano ambiental decorrente da canalização em APP em área de 4.969m² (grifos nosso).

Outro dado relevante a ser considerado é o fato de que, tanto o Processo n. 5023570- 55.2013.4.04.7200/SC, do qual origina o presente recurso especial (REsp n. 1862.026/SC), quanto o Processo n. 5016104-44.2012.4.04.7200/SC, ao qual está vinculado o REsp n. 1.859.837/SC, a mim distribuído, foram relatados pela Desembargadora Federal Vânia Hack de Almeida e, como visto anteriormente, julgados, ao final, em conjunto.

São dados processuais que recomendam, neste caso específico, a manutenção da reunião dos processos sob a mesma relatoria a fim de que se evite o risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, caso decididos separadamente.

Ante o exposto, acolho a prevenção indicada, nos termos do art. 55, § 3º, do CPC/2015 c.c. o art. 71, *caput*, do RI/STJ.

Após formalidades para a redistribuição, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator